

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.30, n.03-04, p.1-36, março/abril 2008

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ ROBERTO REQUIÃO - Governador	
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário	
IPARDES JOSÉ MORAES NETO <i>Diretor-Presidente</i> NEI CELSO FATUCH <i>Diretor Administrativo-Financeiro</i> MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN <i>Diretora do Centro de Pesquisa</i> DEBORAH RIBEIRO CARVALHO <i>Diretora do Centro Estadual de Estatística</i> THAÍS KORNIN <i>Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento</i>	
ANÁLISE CONJUNTURAL JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (<i>editor</i>)	
Equipe GILMAR MENDES LOURENÇO (<i>Economista</i>) GUILHERME AMORIM (<i>Economista</i>) SILMARA CIMBALISTA (<i>Pedagoga</i>) ALINE MATSUSHITA ARTHUR LUCAS DE FREITAS MARIA LAURA SIMÕES SAKER MÁRIO RICARDO MALLASSA STHEFANI PINHEIRO DOS PASSOS (<i>Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários</i>)	
EDITORIAÇÃO MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (<i>supervisão editorial</i>) CRISTIANE BACHMANN E ESTELITA SANDRA DE MATIAS (<i>revisão</i>) LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO (<i>normalização bibliográfica</i>) ANA BATISTA MARTINS (<i>editoração eletrônica</i>)	
IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347 INTERNET: http://www.ipardes.gov.br E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br	
Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.	
O nó dos emergentes e o Brasil <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
A elevação dos preços dos alimentos e o crescimento dos emergentes <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	4
O câmbio e a reestruturação da indústria <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	6
I ndústria do Paraná: a evolução da produção e do emprego em 2008 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	8
O custo da violência moral no trabalho <i>Silmara Cimbalista</i>	10
A s mudanças recentes no perfil do comércio exterior do Paraná <i>Arthur Lucas de Freitas e Mario Ricardo Mallassa</i>	13
T ópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço e Guilherme Amorim</i>	15
P araná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Aline Matsushita, Arthur Lucas de Freitas, Maria Laura Simões Saker e Mario Ricardo Mallassa</i>	17
E conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	22

O nó dos emergentes e o Brasil

Gilmar Mendes Lourenço*

Os meios especializados avaliam que a flexibilização das políticas monetária e fiscal dos Estados Unidos (EUA), particularmente o aumento dos dispêndios públicos e dos subsídios a empresas e famílias e a queda dos juros primários de 5,25% ao ano em setembro de 2007 para 3,0% a.a. em janeiro de 2008, constitui apenas ingrediente de adiamento do ciclo recessivo delineado com o aprofundamento da crise do segmento subprime do mercado imobiliário daquele país.

Ao mesmo tempo, a postura das autoridades da maior economia do planeta vem atrapalhando as iniciativas de estancamento do recrudescimento inflacionário, ligado às cadeias alimentares e energéticas, levadas a cabo pelos bancos centrais europeus e asiáticos, centradas na elevação dos juros reais. A trajetória ascendente do custo da energia e dos alimentos fez a inflação ultrapassar 5,0% a.a. no varejo, nas nações asiáticas, e aproximar-se de 6,0% a.a. no atacado, na União Européia.

Só a título de reforço da argumentação, a inflação chinesa estaria perto de 7,0% a.a. no atacado e de 9,0% a.a. ao consumidor, o patamar mais elevado em doze anos, apesar de o Banco Central ter subido os juros três vezes em 2007 até o nível de 7,5% a.a. Ademais, o yuan registrou apreciação de mais de 15,0% em relação ao dólar desde o começo do segundo semestre de 2005, após a instituição do regime de livre flutuação frente a uma cesta de moedas.

Esses sinais contrários entre as orientações econômicas provocam a evasão líquida de divisas da economia norte-americana em direção de moedas e ativos opcionais, inclusive as *commodities* metálicas, minerais, agrícolas e energéticas, e a conseqüente produção de potenciais bolhas especulativas. Frise-se que certas categorias assumem duplas funções, caso do açúcar e do milho, depois das inclinações nacionalistas do governo Bush registradas desde 2005.

Com isso, eleva-se o preço fiscal de táticas voltadas à multiplicação de reservas internacionais e das providências para a neutralização do derretimento do dólar, sobretudo nos mercados emergentes, que aplicam os excedentes na balança de transações correntes em papéis norte-americanos, cuja remuneração é inferior à dos títulos domésticos emitidos para a esterilização da contrapartida em moeda nacional daqueles superávits. Cálculos preliminares do mercado indicam que cerca de dez bancos asiáticos perderam quase US\$ 200,0 bilhões nos últimos dois anos.

É importante considerar que, em algumas experiências, a valorização do padrão monetário local reflete em maior proporção a lógica financeira, em razão do

desenho de sinais de deterioração das contas comerciais, por meio da conjugação entre perda de competitividade das vendas externas e acréscimo das importações de bens de consumo e de meios de produção, fragilizando as condições de operação de determinadas cadeias produtivas internas que apostaram na abertura e consolidação de fronteiras externas e/ou em programas de substituição de importações.

As decisões estratégicas dos policy makers incorporam as chances de produção de novos surtos especulativos ou inflacionários

Diante disso, as decisões estratégicas dos *policy makers* incorporam as chances de produção de novos surtos especulativos ou inflacionários, dependendo do sentido e da intensidade dos juros, o que parece modesto quando contempladas as mudanças estruturais verificadas no mundo desde o final dos anos 1970, com ênfase para o rompimento do predomínio comercial dos EUA, a partir da vertiginosa expansão da demanda por matérias-primas e da urbanização chinesa, das preocupações energéticas, ambientais e sanitárias, e da financeirização *on-line*.

Nesse contexto, caberia ao Brasil otimizar o quadro marcado pelo elevado estoque de reservas cambiais, de firme acréscimo do consumo privado, motivado pela recuperação do emprego e da previsibilidade orçamentária, e de ampliação dos investimentos em modernização de linhas de produção, por intermédio da edificação de um conjunto de economias externas às porteiras das propriedades agrícolas e dos portões das fábricas.

Não poderia ficar de fora do rol de itens a necessidade de superação dos gargalos logísticos, o que, por seu turno, deveria ser antecedido e/ou ladeado por medidas diretamente associadas à impulsão da competitividade micro e macroeconômica. São elas: a diminuição estrutural do custo do crédito, a depreciação cambial, a redução e simplificação tributária, a fixação de regras claras e estáveis para as concessões e/ou parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, dentre outros ingredientes.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

A elevação dos preços dos alimentos e o crescimento dos emergentes

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Nas últimas semanas, o aumento dos preços das *commodities* agrícolas predominou no debate econômico internacional, sendo classificado como “crise global” pelo secretário-geral da ONU, devido principalmente às limitações impostas por esse movimento à redução da pobreza nos países em desenvolvimento. De fato, a escalada das cotações dos alimentos vem afetando o abastecimento de alguns países, especialmente das nações mais pobres, que são incapazes de promover políticas de segurança alimentar, tendo reflexos ainda sobre economias mais desenvolvidas, que já apresentam sinais de aceleração inflacionária.

No entanto, o comportamento altista das cotações de vários bens básicos não pode ser visto unicamente como um causador de desequilíbrios globais, consistindo também em uma mudança estrutural dos preços relativos, favorável às *commodities* e, conseqüentemente, benéfica para os ofertantes desses produtos, em sua maioria países em desenvolvimento. Ademais, deve-se considerar que o descompasso entre a oferta e a demanda de determinadas mercadorias primárias tem origem nas próprias nações não-centrais, que vêm registrando altas taxas de crescimento econômico, em contraposição ao baixo dinamismo do Primeiro Mundo.

Nos últimos dez anos, segundo estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo de soja, arroz e trigo cresceu, respectivamente, 84,7%, 9,4% e 10,4% no mundo em desenvolvimento, muito acima das variações registradas pelos países ricos (tabela 1). A exceção foi o milho, cuja considerável evolução da demanda nas economias desenvolvidas reflete a produção de etanol nos Estados Unidos, viabilizada por altos subsídios ao cultivo do cereal, sendo válidas, nesse caso específico, as críticas dos organismos internacionais aos biocombustíveis, dada a razoável diminuição da área destinada a outras lavouras no território norte-americano.

Mesmo assim, não há dúvida quanto à preponderante influência da ampliação da renda dos emergentes – e do conseqüente aumento do consumo total e *per capita* de alimentos nesses países – na determinação do atual quadro do suprimento mundial de produtos agrícolas, ficando em segundo plano os impactos do incremento na produção de combustíveis vegetais. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB das nações mais avançadas evoluiu a uma taxa média de 2,6% ao ano no decênio 1998-2007, enquanto as

economias emergentes apresentaram expansão de 6,0%, o que levou a um crescimento médio anual de 4,0% do produto mundial no período. Como resultado, a participação relativa dos países não-centrais no PIB global subiu de 36,9% em 1998 para 43,7% em 2007, segundo o critério da paridade do poder de compra (tabela 2).

Já em termos *per capita*, as economias em desenvolvimento registraram avanço da ordem de 83,5%, com a renda por habitante saltando de US\$ 2,8 mil, em 1998, para US\$ 5,2 mil em 2007 (em valores correntes, também pelo método da paridade do poder de compra), o que estabeleceu condições propícias para o aumento da demanda de inúmeros bens. Portanto, não é por acaso que o consumo *per capita* de carne bovina na China, embora em patamares ainda baixos, passou de 3,8 quilos no exercício de 1998 para 5,6 quilos no ano de 2007, ampliando a demanda por ração animal e, conseqüentemente, por alguns produtos agrícolas. Da mesma forma, não surpreende o significativo avanço do consumo por habitante de carne suína no Sudeste Asiático, decorrente do bom desempenho econômico dos países da região.

Enfim, o presente balanço de oferta e demanda das *commodities* agrícolas foi determinado principalmente pelas mudanças na configuração da economia mundial, com aumento da relevância das nações que apresentam alto potencial de crescimento do consumo de alimentos, em razão dos elevados contingentes populacionais e dos níveis ainda modestos do produto *per capita*. Por isso, são necessárias medidas para promover a expansão da oferta agrícola global, o que inclui a derrubada de barreiras comerciais pelos países desenvolvidos, de modo a ampliar mercados para uma parcela considerável dos emergentes, competitivos na produção primária.

Em paralelo, é indispensável a ampliação de ações conjuntas para atenuar o desabastecimento das nações mais pobres, com a participação efetiva não somente dos países ricos, como também das economias que vêm se apropriando dos ganhos derivados da ascensão das cotações das *commodities*.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

TABELA 1 - ÍNDICE DO CONSUMO DOMÉSTICO DE SOJA, MILHO, ARROZ E TRIGO - PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO - 1998/1999 A 2007/2008

PERÍODO	ÍNDICE (base: ano agrícola 1998/1999 = 100)					
	Soja			Milho		
	Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento	Mundo	Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento	Mundo
1998/1999	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999/2000	96,5	103,5	100,4	103,3	103,5	103,5
2000/2001	103,6	111,9	108,1	104,8	104,8	104,8
2001/2002	107,5	123,3	116,2	107,8	106,4	107,1
2002/2003	101,3	136,7	120,6	107,8	107,9	107,9
2003/2004	92,2	142,0	119,2	111,0	112,2	111,7
2004/2005	101,4	152,1	128,9	118,0	118,6	118,4
2005/2006	101,6	164,1	135,6	120,4	121,4	121,0
2006/2007	103,9	173,3	141,6	119,8	127,4	124,0
2007/2008	102,6	184,7	147,3	135,6	131,3	133,4

PERÍODO	ÍNDICE (base: ano agrícola 1998/1999 = 100)					
	Arroz			Trigo		
	Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento	Mundo	Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento	Mundo
1998/1999	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999/2000	103,0	102,4	102,4	97,2	101,8	100,5
2000/2001	95,3	101,7	101,4	100,1	101,2	100,9
2001/2002	99,0	106,8	106,4	98,4	102,9	101,6
2002/2003	97,8	104,9	104,6	101,5	105,7	104,4
2003/2004	96,0	106,3	105,8	96,3	102,3	100,5
2004/2005	97,7	104,9	104,6	101,3	106,4	104,9
2005/2006	97,0	106,6	106,1	103,8	108,4	107,0
2006/2007	98,8	108,2	107,8	103,3	108,4	106,9
2007/2008	97,9	109,4	108,9	98,3	110,4	106,8

FONTE: USDA

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO - 1998-2007

ANO	PAÍSES DESENVOLVIDOS		PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		MUNDO	
	PIB (US\$ bilhões)	Part. (%)	PIB (US\$ bilhões)	Part. (%)	PIB (US\$ bilhões)	Part. (%)
1998	23 385	63,1	13 674	36,9	37 059	100,0
1999	24 551	63,1	14 345	36,9	38 895	100,0
2000	26 071	62,7	15 512	37,3	41 583	100,0
2001	27 024	62,1	16 470	37,9	43 494	100,0
2002	27 931	61,4	17 526	38,6	45 457	100,0
2003	29 064	60,5	18 989	39,5	48 052	100,0
2004	30 811	59,5	20 965	40,5	51 775	100,0
2005	32 611	58,5	23 092	41,5	55 703	100,0
2006	34 644	57,5	25 651	42,5	60 295	100,0
2007	36 517	56,3	28 386	43,7	64 903	100,0

FONTE: FMI

O câmbio e a reestruturação da indústria

*Gilmar Mendes Lourenço**

Na virada da primeira para a segunda metade da década de 1990, o aparelho manufatureiro do País promoveu um apreciável ajuste gerencial e produtivo, direcionado à construção de defesas de competitividade, em regime de abertura comercial, e à otimização das oportunidades criadas pelo cenário de estabilidade inflacionária após a edição do Plano Real. As estratégias e táticas privadas atingiram o ápice no intervalo 1996 e 1997, lideradas pelas inversões da indústria automobilística, resultado de regime automotivo especial, assinado no âmbito do Mercosul, que favorecia as compras externas de bens de produção (insumos e ativo fixo).

O quadro propício foi derrubado pelos impactos de uma sucessão de crises financeiras que minaram as bases dos programas de estabilização das nações emergentes, iniciando com o episódio mexicano em 1994 e 1995, passando pelos colapsos asiático e russo em 1997 e 1998, respectivamente, e atingindo diretamente os mercados brasileiro e argentino em 1999 e 2000, com ápice em 2002, com as depreciações cambiais verificadas nos dois países, ainda que ocasionadas por fenômenos diferentes, mais especificamente por alterações de orientações econômicas na Argentina e por movimentos especulativos no Brasil.

Feitas as adequações aos constrangimentos de conteúdo e consequências financeiras e em um clima de revigoramento da economia mundial, desde o final de 2004 e começo de 2005, a indústria brasileira vem registrando algumas posturas centradas na ampliação da fração importada (em certos casos em detrimento da oferta interna), na transferência de produção dirigida ao mercado externo para o doméstico e no deslocamento de unidades fabris para outras nações.

Os meios especializados procuram imputar tal comportamento à deterioração dos fundamentos da competitividade sistêmica do aparelho produtivo manufatureiro, por conta das elevadas e crescentes carga tributária, de juros e de burocracia, incidentes sobre os agentes produtivos atuantes no País, das deficiências infra-estruturais, da insuficiência de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, no âmbito das diretrizes da política industrial e da pronunciada apreciação da taxa de câmbio.

A visão ortodoxa tem vinculado esse processo a uma espécie de destruição criativa, defendida no século passado pelo economista Joseph Schumpeter, centrada no poder de renovação e de impulsão proporcionado pelas atividades determinadas pelo rompimento do

paradigma tecnológico acoplado às inovações. Porém, nas circunstâncias atuais trata-se de um engano de concepção, em razão do pronunciado desalinhamento da estrutura de preços relativos, em favor do ambiente exógeno, provocado pelos fatores de distorções, capitaneados pela valorização do real.

Por certo, em um primeiro momento, o câmbio baixo favorece o aumento do poder aquisitivo das famílias, derivado da queda da inflação, e o aumento do coeficiente de importações de bens de consumo e de investimento, multiplicando o poder de arraste sobre diferentes segmentos industriais e comerciais. Mas, por gerar estragos na base produtiva, pode desencorajar inversão em modernização e ampliação de plantas produtivas em fases subseqüentes.

Diante disso, é crucial a alteração de foco das políticas públicas. No plano conjuntural, emerge a necessidade de frenagem dos dispêndios públicos e a perseguição da convergência entre as taxas de juros domésticas e as praticadas no resto do mundo e a instituição do controle dos movimentos de capitais voláteis.

No ângulo estrutural, parece adequada a definição e ativação de uma política industrial e a deflagração de inversões públicas na desobstrução dos gargalos infra-estruturais, visando à colocação das economias externas em linha com os substanciais avanços contabilizados em gestão e técnicas de produção na área microeconômica.

Só assim o Brasil poderia tirar melhor proveito da atual fase ascendente do ciclo econômico internacional, a exemplo do que já vem acontecendo com os segmentos industriais com relevante inserção externa, especialmente nas áreas mineral e do agronegócio. Isto porque o País dispõe de um mercado interno de apreciável dimensão e de forte dotação de recursos agrícolas e minerais.

Nessa linha, pesquisa realizada pela Universidade de Columbia, dos Estados Unidos, e pela Fundação Dom Cabral colocou o Brasil como segundo maior investidor externo em 2006, dentre as nações emergentes, atrás apenas de Hong Kong. Tal performance foi puxada pela Petrobras, Gerdau e, principalmente, pela Vale, após a incorporação da canadense Inco.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

Pesquisa da consultoria norte-americana Boston Group situou o País em terceiro lugar entre as nações em desenvolvimento em número de companhias mais competitivas. Em uma relação de 100 empresas, o País possui 13, ficando atrás da China (41) e Índia (20). Ressalte-se que apenas 14 países em desenvolvimento possuiriam empresas consideradas nessa categoria, a partir de avaliação de variáveis como lucro, faturamento e previsões de investimentos de um universo de 3.000 organizações. As brasileiras em relevo seriam Gerdau, Vale, Marcopolo, Odebrecht, Embraer, Weg, Tigre, Camargo Corrêa, Brasken, Coteminas, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Perdigão, Petrobras, Sadia e Votorantin.

Em plena ameaça de crise internacional, a Vale acordou reajustes entre 65,0% e 71,0% para os preços do minério de ferro

Apenas em caráter de ilustração, em plena ameaça de crise internacional, em fevereiro de 2008, a Vale acordou com algumas das maiores siderúrgicas do mundo, incluindo japonesas, coreanas e Thyssen-Krupp, reajustes entre 65,0% e 71,0% para os preços do minério de ferro, o que significou a segunda maior elevação da história, a vigorar a partir do começo do mês de abril. Esse episódio serve para reforçar a estratégia da empresa de alargamento de sua presença no ramo de mineração (carvão e outros metais), por meio da captação de recursos externos superiores a US\$ 50,0 bilhões, objetivando sustentar a oferta de US\$ 90,0 bilhões para a aquisição da Xstrata, grande empresa anglo-suíça.

Na mesma linha, é perceptível o encurtamento da participação da indústria automobilística em mercados

desenvolvidos, como o americano e o europeu, e o avanço de áreas emergentes como a brasileira. Segundo previsões da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as montadoras devem investir US\$ 5,0 bilhões no Brasil em 2008, o que deve provocar elevação da capacidade produtiva de 3,5 milhões para 4,0 milhões de unidades por ano.

Em contrapartida, 51,6% das empresas brasileiras criadas em 1997 haviam encerrado as atividades em 2005, conforme apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Cadastro Central de Empresas (Cempre) de 2005 que registra as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Relatório de Competitividade Global (2007-2008), preparado pelo Fórum Econômico Mundial, com base em dados apurados e tratados para 131 países, identificou o Brasil no 72.º assento, uma espécie de segundo balcão de eficiência sistêmica do planeta, atrás de emergentes como Rússia (58.º), Índia (48.º) e China (35.º).

Por tudo isso, seria crucial a priorização à educação. Conforme pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em uma amostra de 400 mil alunos na faixa de quinze anos espalhados pelo mundo em 2006 o Brasil apresenta um dos piores níveis de educação no ensino médio, em um painel de 57 países (que representam cerca de 90,0% do Produto Interno Bruto mundial), situando-se à frente apenas Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. Os alunos da Finlândia ocuparam a primeira posição, seguidos pelos de Hong Kong (na China) e do Canadá.

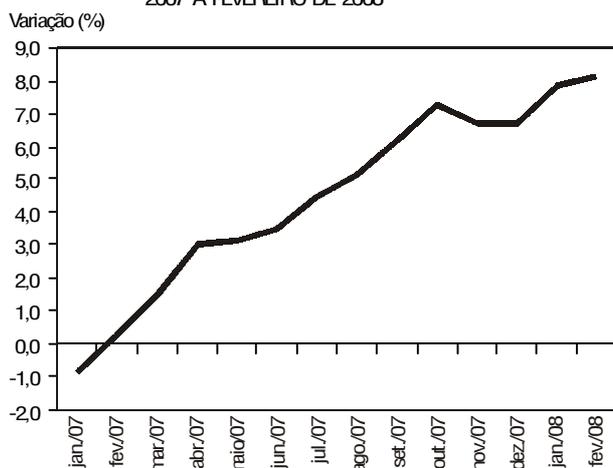
As avaliações buscaram captar conhecimento em ciências, capacidade de leitura, noções de matemática, e aplicação no cotidiano. Em leitura, ciências e matemática, o Brasil ocupou o 48.º, 52.º e o 53.º posto, respectivamente.

Indústria do Paraná: a evolução da produção e do emprego em 2008

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Após registrar expressivos resultados no ano passado, a indústria paranaense apresenta sinais de elevação ainda mais pronunciada do nível de atividade no início do presente exercício. No período de doze meses encerrado em fevereiro de 2008, a produção física do setor manufatureiro estadual registrou expansão de 8,1%, em comparação ao acumulado dos doze meses anteriores, suplantando, por exemplo, a taxa de crescimento referente ao intervalo finalizado em dezembro de 2007, que atingiu 6,7% (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL NO ACUMULADO DE DOZE MESES - PARANÁ - JANEIRO DE 2007 A FEVEREIRO DE 2008



FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

No primeiro bimestre deste ano, o *quantum* industrial exibiu alta de 15,3%, por conta principalmente do desempenho dos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos, refino de petróleo e papel e celulose, que anotaram incrementos produtivos de, respectivamente, 47,1%, 28,1%, 15,3% e 14,4% no período (tabela 1). Nos dois últimos casos, os resultados positivos confirmam a reversão das trajetórias declinantes da produção observadas em 2007, constituindo-se em importante fator explicativo da aceleração da atividade manufatureira paranaense em 2008.

Em relação à indústria petroquímica, pode-se atribuir a boa performance à retomada do ritmo das operações da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, cuja produção foi reduzida, em alguns meses de 2007, para

a execução de obras, visando ao futuro aumento da capacidade de processamento e à melhoria qualitativa dos combustíveis ofertados, do ponto de vista ambiental. Com taxa de crescimento similar, o ramo de papel e celulose apresentou evolução considerável no primeiro bimestre em decorrência da maturação dos investimentos realizados por grandes empresas, sobressaindo a ampliação da fabricação de cartolinas.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - PARANÁ - JANEIRO-FEVEREIRO DE 2008

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Alimentos	-2,9
Bebidas	-3,8
Madeira	14,3
Celulose, papel e produtos de papel	14,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	11,2
Refino de petróleo e álcool	15,3
Outros produtos químicos	5,2
Borracha e plástico	9,0
Minerais não-metálicos	10,0
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,4
Máquinas e equipamentos	28,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20,1
Veículos automotores	47,1
Mobiliário	3,6
TOTAL	15,3

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

(1) Em comparação a janeiro-fevereiro de 2007.

Já no que tange ao complexo automotivo, segmento com maior contribuição no aumento do *quantum* da indústria de transformação, a notável expansão da produção física reflete a elevação do emprego e dos salários reais e, principalmente, a diminuição dos custos financeiros das operações de crédito, que, por sua vez, deriva da flexibilização da política monetária. Nesse sentido, cabe ressaltar que a redução dos encargos dos financiamentos também vem influenciando positivamente a indústria estadual de máquinas e equipamentos, ramo em que predomina a produção de colheitadeiras e tratores, com o declínio gradual da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como índice de correção

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

dos empréstimos do BNDES para a aquisição de bens de capital. Ademais, é certo que as perspectivas otimistas para os preços agrícolas vêm colaborando para o destacado desempenho setorial.

Passando à questão do emprego, a despeito das variações não tão elevadas, comparativamente às da produção física, verifica-se importante avanço do pessoal ocupado assalariado na indústria do Paraná. Segundo dados do IBGE, houve acréscimo de 2,4% no período janeiro-fevereiro de 2008, no confronto com o primeiro bimestre de 2007, com destaque para as atividades de

produção de máquinas e equipamentos e fabricação de meios de transporte, responsáveis por aumentos de, respectivamente, 27,6% e 10,6% nas ocupações industriais (tabela 2).

De um modo geral, os ramos que vêm sobressaindo na geração de empregos atendem preponderantemente ao mercado doméstico, enquanto os piores resultados estão sendo registrados pelos segmentos caracterizados pelos altos coeficientes de exportação, como o complexo madeireiro, ou significativamente vulneráveis à concorrência externa, como as indústrias têxtil e de vestuário.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA - PARANÁ - JANEIRO-FEVEREIRO DE 2008

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Indústria geral	2,4
Indústria extrativa	-3,5
Indústria de transformação	2,4
Alimentos e bebidas	-0,8
Fumo	-29,5
Têxtil	-4,8
Vestuário	-5,0
Calçados e couro	2,0
Madeira	-1,7
Papel e gráfica	-1,2
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	6,8
Produtos químicos	5,3
Borracha e plástico	-5,3
Minerais não-metálicos	1,8
Metalurgia básica	8,4
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	4,4
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	27,6
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	4,4
Fabricação de meios de transporte	10,6
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	5,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Em comparação a janeiro-fevereiro de 2007.

O custo da violência moral no trabalho

Silmara Cimbalista*

Este texto trata, de forma breve, da violência moral nos locais de trabalho e sob que condições ocorre em diversos segmentos, seja no comércio, seja na indústria ou nos serviços, estejam eles vinculados à iniciativa privada ou ao setor público. Objetiva-se subsidiar a reflexão e a análise crítica das práticas de degradação moral que ocorrem no ambiente laboral e suas conseqüências nas relações de trabalho, que causam danos tanto ao indivíduo como à empresa.

Costuma-se dizer que a discussão sobre assédio moral é nova, mas o fenômeno é tão antigo como o próprio trabalho. Atualmente, a violência moral é observada e pesquisada em nível mundial pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em diversos países.

Demonstrando perspectivas sombrias para as próximas duas décadas, pesquisa realizada pela OIT¹ apontou resultados para o que se considerou um reflexo do "mal-estar da globalização", dentre os quais predominarão depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados com políticas de gestão da organização do trabalho, hoje flexibilizada. O balanço realizado adverte que a violência psíquica tem aumentado no mundo todo, e que aceitá-la como normal é torná-la ainda mais violenta.

O assunto tornou-se tão grave que, num curto espaço de tempo, tem sido tratado simultaneamente nos meios acadêmicos, jornalísticos, políticos, organizacionais, sindicais, médicos e jurídicos. No Brasil, os primeiros textos chegaram em 2001 por meio da obra de Marie-France Hirigoyen, especialista em vitimologia, que em 1999 levou o tema ao debate na França. Hoje já se pode encontrar alguns autores que pesquisaram e estudam o tema sob os prismas psicológico, organizacional ou jurídico.

Conceitualmente, a violência moral no ambiente de trabalho é denominada assédio moral, que ocorre quando trabalhadores são expostos a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, nas quais predominam atitudes desumanas e aéicas de longa duração, de chefes ou colegas, dirigidas a um ou mais subordinados ou colegas, comprometendo a relação do indivíduo com o ambiente de trabalho e a organização.

O assédio moral caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho, em que prevalecem condutas negativas de colegas ou chefes em relação a

seus subordinados ou seus pares, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização, e se reflete na vida social do indivíduo.

Normalmente, o indivíduo assediado é escolhido e, muitas vezes, isolado do grupo sem explicações, passando a ser hostilizado, ridicularizado, inferiorizado, culpado e desacreditado diante dos seus pares. Vários elementos se associam ao assediado: o medo do desemprego, por exemplo, e a vergonha de ser humilhado. Estes, associados ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos do assediado com seus colegas e, freqüentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o "pacto da tolerância e do silêncio" no coletivo, enquanto o assediado vai gradativamente se desestabilizando, fragilizando, perdendo sua auto-estima e sentindo-se desconectado do grupo ou dos pares.

Apesar de a agressão física no trabalho ter desaparecido no decorrer do tempo, surge a humilhação por meio do assédio moral como uma forma de atingir o bem-estar do trabalhador. As transformações na organização do trabalho neste novo século prevêem a sua intensificação e mudanças no modelo de produtividade dos trabalhadores.

Nas últimas décadas do século XX, o assédio tornou-se mais evidente, devido à redução de postos de trabalho e ao risco constante de perda do emprego, à ênfase na produtividade e na competitividade, tornando as relações de trabalho estressantes e fragilizadas, exigindo atitudes individuais pautadas no desempenho desejado por um mercado a cada dia mais exigente e competitivo.

Como fenômeno nas organizações e na vida em sociedade, o individualismo reafirma, no novo formato de trabalho flexibilizado deste século, atitudes competitivas e agressivas por parte do trabalhador, que são um comportamento desejável dentro dessa cultura, tendo em vista a manutenção do posto de trabalho. Estar apto para o desempenho das funções e manter-se empregado são elementos de busca incessante no trabalho flexível.

* Pedagoga, técnica da equipe permanente desta publicação, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

Enquanto as relações entre os indivíduos nas organizações pautam-se mais pelo aspecto legal que pelo moral, o convívio social diário não pode subsistir sem que a instância moral exerça sua parte de controle no comportamento e nas atitudes dos indivíduos.

Nesse sentido, a cultura da organização é um elemento que sobressai na gestão e nas relações de trabalho, pois, por um lado, fornece as diretrizes para a permissividade ou não, cria regras, impõe normas de conduta e, por outro, fomenta comportamentos e atitudes que apelam para a consciência de cada “colaborador” criando um clima desfavorável, conforme a conveniência, o que pode gerar conflitos entre pares.

Como fenômeno, o assédio vem sendo reconhecido como destruidor do trabalho, pois reduz a produtividade, favorece o absenteísmo, a rotatividade e a demissão de trabalhadores por desgaste psicológico e debilidade física.

No Brasil, historicamente o assédio possui raízes patriarcais, pois a humilhação vivida por negros e índios realizada pelos colonizadores, que se consideravam superiores e se aproveitavam da suposta superioridade militar, cultural e econômica, visava impingir sua visão de mundo, religião e costumes.

De forma peculiar e crítica, o assédio está relacionado às disputas de poder e competitividade. Dos vários estudos sobre o tema, os realizados por Heloani (2004), Fiorelli (2007) e Freitas (2008) relacionam o assédio às atuais demandas organizacionais que têm trazido para o ambiente de trabalho novas relações interpessoais, diferentes políticas de gestão, mudança às novas exigências quanto ao perfil do trabalhador, requerendo maior produtividade e adequação permanente.

Desvinculando o assédio da questão eminentemente individual, em que um indivíduo submete o outro e lhe causa algum tipo de mal, promovendo problemas de saúde ou até a perda do emprego, acredita-se que as conseqüências desse tipo de violência são mais amplas, complexas e graves. Como fenômeno, pode ser analisado sob os pontos de vista individual, organizacional e social, entretanto seus prejuízos e impactos podem ser postos em diferentes graus e sobreposições.

No plano individual, o assédio acomete o sujeito atingindo sua personalidade, sua identidade e sua autoestima, gerando desordens na vida social, afetiva, psíquica, profissional e familiar, provocando vários tipos de problemas de saúde, principalmente os psicossomáticos, que desestabilizam a vida pessoal e no trabalho profissional, induzindo muitas vezes a cometer erros no desempenho de suas funções e, desse modo, colocando em risco o emprego.

Os efeitos causados pelo assédio são a falta de concentração, sentimento de nulidade e de injustiça, apatia, pensamentos destrutivos, depressão, tentativa de suicídio e afastamento do trabalho, que podem tornar o indivíduo mais susceptível ao uso de drogas e álcool, que gradativamente o destrói.

No contexto organizacional, as conseqüências são inúmeras, tais como: afastamento por acidentes de trabalho ou doenças, *turnover* promovendo

maiores custos para reposição de pessoal, perda ou danos em equipamentos devido à desconcentração, queda na produtividade em função do baixo moral do indivíduo perante seu grupo e da qualidade do clima organizacional, custos judiciais quando das indenizações e reforço ao comportamento negativo dos indivíduos perante a impunidade.

Para a empresa, as perdas podem ser muitas, e os danos, irreparáveis, como no quesito imagem, por exemplo, ou na eventual desvalorização da marca em virtude dos processos em tribunais, na mídia, assim como na redução de atrativos de recrutamento de pessoal em virtude da exposição negativa do nome da empresa.

Como um problema social, o assédio tem sido ignorado e, conseqüentemente, vem se pagando um preço alto, como o aumento do número de acidentes, nos vários segmentos de trabalho, devido à desatenção, ao nervosismo, ao excesso de pressão e responsabilização, incapacitando precocemente profissionais, muitas vezes extremamente jovens, destruindo a vida pessoal e profissional.

Outro custo socioeconômico do assédio encontra-se no aumento de despesas médicas e benefícios previdenciários, como licenças, hospitalizações, remédios subsidiados e longos tratamentos médicos, aposentadorias precoces, bem como o desaparecimento dos investimentos na formação, qualificação e estudo, ou seja, o investimento social se desfaz.

O custo do potencial produtivo se deteriora: um trabalhador afastado por invalidez ou devido à redução de seu potencial para o trabalho é um ônus elevado a ser pago, e quem paga a conta é a sociedade. Questões de natureza médica e trabalhista agregam-se aos custos judiciais em causas que poderiam ser evitadas caso o assédio moral fosse evitado no ambiente de trabalho.

O custo econômico desse tipo de violência está também diretamente relacionado a processos indenizatórios movidos pela vítima contra a empresa e são certamente repassados a custos e preços, pois é usual o repasse das margens de lucro para ajustar custos jurídicos ou financeiros.

Inerentes ao exposto sobre a violência moral no trabalho, conclui-se que os infortúnios que ocorrem no mundo do trabalho da era digital encontram exemplos nos mais distintos ramos de atividades existentes em nível mundial, seja no ramo dos trabalhadores de *fast food*, no das(os) atendentes de *call centers*, no dos imigrantes que trocam de países pelo mundo em busca de um posto de trabalho para sobreviver, sendo muitas vezes escravizados em oficinas, pequenas indústrias de costura ou no agronegócio.

Há, também, outros veios da nova formatação do trabalho, como os terceirizados da indústria e dos serviços, considerados o novo proletariado; os gerentes e técnicos que se suicidam, como no caso ocorrido recentemente na Renault francesa; o *karoshi*, exemplo japonês de morte por excesso de trabalho; os assalariados *part time* em expansão ou ao ciberproletariado, que atua no espaço digital e vive o derretimento e a liquidez da contratação do trabalho, considerado coisa do

passado pela desenfreada competitividade destrutiva global que os envolve.

Em grande parte, esses trabalhadores, em todas essas modalidades e pelo tipo de trabalho desenvolvido, pelas formas ou pela falta de contratação formal, são assujeitados a diversos tipos de assédio, humilhações e maus-tratos; em outras palavras, o indivíduo, em nome da sobrevivência, por almejar uma vida digna, ter um trabalho assalariado, mesmo que muitas vezes precário, sem direitos sociais garantidos, tem sua subjetividade apropriada pelos descaminhos que o trabalho se tornou.

Em contrapartida às sérias condições organizacionais que fomentam o assédio moral, vale ressaltar que é obrigação do empregador fornecer um local de trabalho

que não se torne perigoso à vida e à saúde dos seus trabalhadores. A defesa de um ambiente seguro e com boas condições é um direito inerente a todos que trabalham.

O relatório de recomendações práticas sobre violência e estresse no trabalho como uma ameaça para a produtividade e o trabalho decente elaborado pela OIT deveriam servir de guias para as ações nas empresas, levando-se em consideração as sugestões dos trabalhadores, pois a questão do combate ao assédio moral no local de trabalho passa por ampla sensibilização de todos, da presidência ao chão de fábrica, estimulando uma cultura de respeito e trabalho digno, fortalecendo a cooperação que elimina distorções e atos de intolerância e violência no trabalho.

Notas

¹ CHAPPELL, Duncan; DI MARTINO, Vittorio. **Violence at work**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/violence/violwk/violwk.pdf>>. Acesso em: 07/04/2008.

² FIORELLI, José Osmir et al. **Assédio moral: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: LTr, 2007.

³ FREITAS, Maria Ester de et al. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

⁴ HELOANI, José Roberto. **Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho**. *RAE-Eletrônica*, São Paulo, v. 3, n. 1, art.10, jan./jun., 2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1915&Secao=PENSATA&Volume=3&Numero=1&Ano=2004>>. Acesso em: 15/04/2008.

As mudanças recentes no perfil do comércio exterior do Paraná

Arthur Lucas de Freitas e Mario Ricardo Mallassa*

O comércio exterior paranaense apresentou mudanças importantes no período recente, que refletem as transformações da base produtiva local. A partir de meados dos anos 1990, em paralelo à continuidade do dinamismo exportador do agronegócio, observa-se intensificação das vendas externas de alguns segmentos intensivos em tecnologia, o que resultou em uma pauta de comércio mais diversificada.

Como exemplo da melhoria qualitativa das exportações, pode-se citar a indústria de material de transporte. No acumulado do triênio 1996-1998, este ramo representou apenas 4,36% do total das vendas ao exterior do Paraná, participação que subiu para 21,64% no período 2005-2007, assegurando o posto de maior exportador estadual (tabela 1). Como se sabe, o significativo crescimento das vendas do segmento de material de transporte deriva da maturação dos investimentos realizados por grandes montadoras automobilísticas na década passada, visando ao atendimento dos mercados interno e externo.

Em tendência semelhante, o complexo carnes ganhou espaço na pauta das exportações, saltando de uma participação de 5,07% no triênio 1996-1998 para 11,42% em 2005-2007, o que pode ser imputado principalmente ao ramo avícola. Além de refletir o crescimento da produção interna, decorrente da instalação de várias unidades de abate no interior do Estado, o avanço das exportações de carne de aves revela o aproveitamento, pelas cooperativas e outras empresas do Paraná, das oportunidades abertas pela expansão do consumo de proteínas animais em nível mundial.

Entre os segmentos que se tornaram mais representativos nas vendas externas, cabe mencionar ainda a indústria madeireira. No acumulado de 2005 a 2007, as exportações de madeira corresponderam a 9,88% do total estadual, acima da participação de 6,64% registrada no triênio 1996-1998, em razão da operação de grandes multinacionais no território paranaense, voltadas à produção de *Medium Density Fiberboard* (MDF).

Já entre os ramos que anotaram importâncias relativas declinantes, sobressai o complexo soja. No intervalo em análise, a participação da soja e derivados nas exportações globais caiu de 48,20% para 21,56%, por conta de um ritmo de crescimento inferior ao das vendas totais do Estado. Adicionalmente às atuais limitações para um vigoroso e prolongado aumento da produção, relacionadas ao esgotamento da fronteira

agrícola paranaense, verifica-se influência das alterações na composição das exportações setoriais sobre o desempenho do complexo soja, com evolução dos embarques do produto *in natura* (soja em grão), em detrimento das mercadorias industrializadas (óleos bruto e refinado), que apresentam preços mais elevados.

Passando às importações, nota-se expressiva elevação dos pesos relativos dos segmentos de produtos químicos e derivados de petróleo nas compras externas do Paraná. No caso do ramo químico, cuja participação saltou de 14,52%, em 1996-1998, para 20,12% em 2005-2007 (tabela 2), houve forte contribuição das aquisições de adubos e fertilizantes, como reflexo do incremento no consumo intermediário do setor primário, o que ressaltou ainda mais a dependência da agricultura paranaense, assim como da brasileira, em relação ao fornecimento externo de determinados insumos básicos.

No que tange aos derivados de petróleo, que registraram participação de 19,00% nas importações estaduais no triênio 2005-2007, ante um percentual de 10,53% em 1996-1998, não há dúvida quanto à influência da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada no município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), dos 196,77 milhões de barris de petróleo processados pela Repar no acumulado do período 2005-2007, 31,30% (61,60 milhões de barris) foram adquiridos no exterior, não obstante a conquista da auto-suficiência pelo País em 2006, o que evidencia a inadequação das estruturas de refino à industrialização exclusiva da matéria-prima nacional.

Em suma, as mudanças recentes na composição da pauta do comércio exterior do Estado estão diretamente relacionadas ao movimento de diversificação/adensamento das atividades produtivas, que indubitavelmente conferiu nova dinâmica à economia do Paraná.

* Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - TRIÊNIO 1996-1998 E 2005-2007

GRUPO DE PRODUTOS	ACUMULADO NO TRIÊNIO 1996-1998		ACUMULADO NO TRIÊNIO 2005-2007	
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)
Material de transporte e componentes	580 483 987	4,36	7 013 296 535	21,64
Complexo soja	6 423 997 451	48,20	6 987 622 339	21,56
Carnes	675 920 660	5,07	3 699 133 642	11,42
Madeiras e manufaturas de madeira	885 235 824	6,64	3 199 809 261	9,88
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	826 280 500	6,20	1 769 225 109	5,46
Cereais	71 913 533	0,54	1 166 327 704	3,60
Açúcar	413 352 970	3,10	1 077 236 773	3,32
Produtos químicos	235 427 120	1,77	924 550 588	2,85
Papel e celulose	466 452 331	3,50	891 398 530	2,75
Outros grupos de produtos	2 749 079 864	20,63	5 674 127 617	17,51
TOTAL	13 328 144 240	100,00	32 402 728 098	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - TRIÊNIO 1996-1998 E 2005-2007

GRUPO DE PRODUTOS	ACUMULADO NO TRIÊNIO 1996-1998		ACUMULADO NO TRIÊNIO 2005-2007	
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)
Produtos químicos	1 423 303 457	14,52	3 927 237 125	20,12
Material de transporte e componentes	1 890 352 002	19,29	3 861 866 458	19,78
Derivados de petróleo	1 031 865 213	10,53	3 709 752 912	19,00
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1 374 177 019	14,02	2 497 544 260	12,79
Materiais elétricos e eletrônicos	931 137 693	9,50	1 592 277 620	8,16
Produtos metalúrgicos	145 997 309	1,49	697 139 353	3,57
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	274 473 155	2,80	441 363 466	2,26
Papel e celulose	301 977 593	3,08	355 174 770	1,82
Cereais	333 787 904	3,41	341 240 358	1,75
Outros grupos de produtos	2 092 217 949	21,35	2 098 208 898	10,75
TOTAL	9 799 289 294	100,00	19 521 805 220	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

INCENTIVOS À TRITICULTURA

Em abril, pressionado pela elevação no preço do trigo, da farinha e derivados, o governo federal executou medidas de incentivo à triticultura, na esperança de que a safra brasileira de 2008/2009 seja 25% superior à atual. Aproximadamente 70% do trigo consumido no Brasil é importado, predominantemente da Argentina. Restrições na oferta do país vizinho e o crescente custo do frete marítimo do trigo norte-americano contribuíram para o quadro de preocupação. As iniciativas dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, com a autorização do Conselho Monetário Nacional, podem ser assim resumidas: reajuste de 20% no preço mínimo; elevação de R\$ 300 mil para R\$ 400 mil no limite individual de empréstimo federal; alocação de R\$ 1,2 bilhão em nova linha de crédito para comercialização da safra, com juros de 6,75% ao ano; dilação de prazo de pagamento de parte das dívidas de custeio e investimento.

A elevação no preço mínimo para R\$ 480 por tonelada parece ser uma medida inócua, uma vez que a cotação de mercado alcançou R\$ 800. Em abril do ano passado, a cotação já havia alcançado R\$ 490. As demais medidas, relacionadas ao crédito, aliviarão as finanças dos tricultores endividados, mas não serão determinantes para a expansão da área plantada ou para o aumento da produtividade do trigo. A principal motivação do tricultor em assumir o risco de tão sensível cultura é a inédita cotação internacional do grão, o dobro da média histórica. Os estoques mundiais atingiram o menor volume dos últimos 20 anos, equivalentes a 112 milhões de toneladas. A seca australiana, as fortes chuvas na América do Norte e a restrição argentina suplantam as boas notícias, como a expansão das colheitas da Europa ocidental, Índia e Rússia, e a queda do veto ucraniano à exportação. Não é surpresa, portanto, a previsão da Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias, de elevação nos preços do pão (12%), de massas e de biscoitos (15%) até o final de 2008.

Os preços internacionais incentivaram a produção brasileira, a despeito da elevação dos custos de insumos – sementes e fertilizantes, em particular. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em estimativa de abril, calcula que a safra brasileira 2007/2008 alcance 3,824 milhões de toneladas,

71,2% superior à safra 2006/2007. O Departamento de Economia Rural (DERAL) estima que a safra paranaense atinja 2,726 milhões de toneladas, 41,77% superior à safra 2006/2007, equivalente a 71,3% da safra brasileira.

A pressão da cadeia de produtos do trigo sobre os índices de inflação parece ser o principal fator dessa pontual mobilização federal. Suas políticas mais consistentes voltadas para a triticultura continuam sendo o fortalecimento da Embrapa Trigo e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), do BNDES.

CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA

O varejo brasileiro registrou bom desempenho no ano de 2007, com crescimento de 9,6% em relação ao ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE. A expansão do crédito foi importante para esse resultado, reforçada pela popularização do uso de cartões de crédito. O ano passado foi o primeiro em que o número de transações com cartões foi superior ao número de cheques compensados. Embora não exista estatística específica para o parcelamento sem juros no cartão, alguns números do Banco Central sugerem que essa modalidade de crédito tem participação crescente na preferência dos consumidores.

Segundo o Banco Central, o volume de recursos movimentado pelas faturas de cartão de crédito em aberto (compras à vista pagas em até 40 dias e parcelamento sem juros) cresceu 54% em relação a 2006. No mesmo período, foi de 24% o crescimento do pagamento parcelado com juros no cartão. O parcelamento sem juros surgiu no Brasil há dez anos, como forma de competir com o pagamento através de cheques pré-datados. Esse é um mecanismo em que o lojista ou prestador de serviço recebe do banco as parcelas na mesma proporção em que as concedeu ao consumidor. O risco de inadimplência é assumido pelos bancos, que pressionam as administradoras por maior fatia nos lucros. A expansão da base de clientes, associada à valorização cambial, fez com que, no ano passado, as administradoras de cartões pudessem duplicar seus lucros no Brasil.

A concorrência no varejo tem expandido os prazos, com a redução do valor unitário das parcelas. Sob o ponto de vista do

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

consumidor, o risco das operações com cartão está no não-pagamento integral das parcelas à medida que são debitadas, gerando um montante de dívidas sujeitas a juros. A diversificação de fontes e modalidades de crédito tem sido salutar para o comércio, mas essa cultura de antecipação de poupança é incompatível com política monetária que executa as maiores taxas de juros reais do mundo.

CRISE E ENGENHARIA FINANCEIRA

A disseminação da financeirização da riqueza verificada no mundo capitalista desde o final dos anos 1970, em regime de terceira revolução industrial, forçou o governo dos Estados Unidos (EUA) a capitanear um processo de alterações expressivas no marco institucional do sistema financeiro edificado para a viabilização da saída da Grande Depressão do período 1929-1933, pelo presidente Roosevelt, e que funcionava de maneira segmentada.

Concretamente, passou-se a proceder a um processo de liberalização e desregulamentação dos mercados, no qual os bancos comerciais exerceriam também funções de instituições de investimento como gestão de ativos e transações com seguros, por intermédio da constituição de *holdings*, funcionando como verdadeiras quitandas financeiras.

Ao mesmo tempo, ao preservar a natureza superposta das entidades de supervisão e de controle do sistema, os EUA criaram um campo fértil para a disseminação das hipotecas de elevado risco e dos instrumentos financeiros derivados. Mais que isso, a precária normatização das finanças mundiais provocou a busca de lucros extraordinários pelos bancos, o aparecimento de deficiências nas avaliações de risco dos créditos e confrontos de interesses nas agências de classificação, em um clima de ausência de critérios transparentes para as operações realizadas com ativos por parte dos bancos.

Nessas condições, delinea-se uma mutação na arquitetura das finanças dos EUA, na qual o Federal Reserve (FED - Banco Central) assumiria o papel de guardião do equilíbrio dos mercados e promotor de ações corretivas, a partir do exame criterioso dos resultados patrimoniais dos bancos comerciais e de investimentos, dos órgãos de seguros e dos fundos de investimentos.

Mais precisamente, urge implantar mecanismos de controle financeiro preventivo das transações diárias dos bancos, das operações com financiamento imobiliário e das posturas dos investidores em ativos de curto prazo, visando abrandar os efeitos negativos dos períodos marcados pelos vales do ciclo econômico que, em tempos de globalização, tornaram-se mais curtos, a exemplo da crise ocorrida em 2001 na economia norte-americana, cuja duração foi inferior a três trimestres, precedida e seguida por dois cursos de crescimento de mais de meia década.

A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL

Desde o começo da presente década, o movimento sindical brasileiro recolocou, como eixo central da agenda política, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem prejuízo dos valores nominais dos salários. A esse respeito, tramita no Congresso Nacional o projeto de Emenda Constitucional (PEC) 393/01, de autoria dos senadores Paulo Paim e Inácio Arruda, integrantes, respectivamente, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e do Partido Comunista do Brasil.

O argumento chave dos representantes dos trabalhadores repousa na provável ampliação da oferta de postos de trabalho,

em um ambiente de acentuação da recuperação da economia brasileira ao lado da persistência de elevadas taxas de desemprego, associada a fatores estruturais, particularmente a combinação entre abertura econômica e modernização dos métodos de produção e dos modelos de gestão das empresas.

Ressalte-se que, em abril de 2008, representantes dos trabalhadores e das empresas do ramo farmacêutico do Estado de São Paulo acertaram, em convenção coletiva, a redução da jornada de 42 para 40 horas semanais a partir de 2009, em prosseguimento ao acordo firmado desde 2006. A nova conquista seria implantada em dois estágios: em janeiro e dezembro de 2009, recuando para 41 e 40 horas, respectivamente.

À primeira vista, a conjugação entre alguns componentes e/ou tangenciais ao mercado de trabalho abriria espaço para a diminuição do tempo de trabalho e a conseqüente geração de um circuito virtuoso de ampliação do emprego, consumo, renda, produção e investimentos.

Mais precisamente, os ganhos decorrentes da pronunciada elevação dos níveis de produtividade da indústria brasileira a partir do começo dos anos 1990, da diminuta participação dos salários na matriz de custos e das reduzidas cifras pagas pelas companhias como remuneração do pessoal, especialmente quando a referência comparativa repousa nos países desenvolvidos e emergentes, e da flexibilização da legislação trabalhista, têm sido, em sua esmagadora maioria, sistematicamente apropriados pelos detentores dos meios de produção, recorrendo até ao expediente do alargamento dos turnos de trabalho com o pagamento de horas extraordinárias.

Em um cenário de substancial ampliação da eficiência operacional e gerencial das organizações, de custo/hora trabalhada equivalente a cerca de 10,0% e 25,0% daquele verificado nas nações desenvolvidas e emergentes, respectivamente, perfazendo menos de 20,0% das despesas totais de produção, e de abrangente desregulamentação, observou-se a precarização das relações de trabalho, inclusive com a expansão da informalidade.

Dentre os itens da flexibilização, destacam-se a instituição de cooperativas de prestação de serviços, contratos de trabalho por tempo determinado, jornadas parciais e serviço por período determinado, suspensão de contrato, terceirização, trabalho aos domingos, e de banco de horas, este último ponto visando ao suprimento adequado de mão-de-obra para atividades com fluxo descontínuo.

Contudo, parece prematura a idéia de que a diminuição da jornada teria o efeito mágico de ampliar o contingente empregado na mesma proporção, estimada em quase 10,0% pelas Centrais Sindicais. Os exemplos da Europa e do próprio Brasil do final dos anos 1980 e começo dos 1990 são reveladores da exígua correlação entre compressão da carga de trabalho e geração de empregos e crescimento. É claro que tais medidas coincidiram com a priorização da implantação e consolidação da União Européia, e do combate à superinflação e da mudança do marco institucional da economia brasileira, em flagrante antagonismo à geração de vagas no mercado de trabalho.

Porém, a elevação sustentada dos níveis de emprego requer a negociação de outras providências estruturais de reforço aos trunfos sistêmicos de uma nação, com ênfase para a existência de um sistema financeiro centrado na cobertura das necessidades de investimentos produtivos de longa maturação, a disponibilidade de uma vanguarda científica e tecnológica e de uma retaguarda infra-estrutural, a impulsão das inversões em educação e capacitação de mão-de-obra, dentre outros aspectos.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Aline Matsushita, Arthur Lucas de Freitas,

Maria Laura Simões Saker e Mário Ricardo Mallassa***

AGROINDÚSTRIA

Coamo investe em armazenagem e diversifica negócios

A Coamo Agroindustrial investirá, de 2008 até 2010, R\$ 180 milhões em modernização, adequação e ampliação de 25 unidades, construção de três entrepostos, renovação da frota de veículos e modernização de máquinas. As três novas unidades serão construídas em Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e Toledo. A cooperativa construirá uma estrutura própria de torrefação, com capacidade para 900 mil kg/ano.

A Coamo elevará em 50% sua capacidade de esmagamento de soja, passando para 3 mil toneladas por dia, com a alocação de R\$ 34,6 milhões em sua refinaria. Pretende ampliar em 10% sua capacidade de armazenagem, na expectativa de que o recebimento de grãos cresça na mesma proporção.

A cooperativa também pretende diversificar os negócios, com a entrada no mercado de seguros. Com esse serviço, sua intenção é faturar R\$ 2 milhões com comissões já no primeiro ano. Ela possui 20,3 mil associados no Paraná, em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul, e realizou faturamento de R\$ 3,47 bilhões em 2007.

FERREIRA, Giovanni. Coamo investe em torrefadora e em corretora de seguros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 mar. 2008. p. 19.

LIMA, Marli. Coamo expande armazenagem de grãos. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 mar. 2008. Empresas, B17.

INDÚSTRIA

Electrolux terá nova fábrica no Paraná

A Electrolux abrirá sua terceira fábrica no Paraná. A nova unidade será instalada em Campo Largo, em imóvel que pertencia à TMT Motoco e que será arrendado pela fabricante de eletrodomésticos, devendo entrar em operação em dezembro de 2008. A empresa possui um cronograma de ampliação para 2009, que prevê um centro de distribuição.

Empresa de capital sueco, a Electrolux chegou ao Paraná há 12 anos, ao comprar a Refripar. Suas duas fábricas em Curitiba produzem refrigeradores, *freezers*, aspiradores e lavadoras de alta pressão. Atualmente, emprega cerca de 4 mil pessoas. Em 2007, alcançou seu melhor resultado desde sua entrada no Brasil, com aumento de 20% no faturamento. As exportações para a América Latina correspondem a 10% dos negócios do grupo.

ELECTROLUX vai ter mais uma fábrica na região metropolitana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 mar. 2008. p. 23.

ELECTROLUX em Campo Largo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 2008. p. 15.

LIMA, Marli. Electrolux terá nova fábrica no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 mar. 2008. Empresas, B1.

Furukawa ampliará produção

A Furukawa, fabricante de cabos ópticos e metálicos destinados a telecomunicações, investirá R\$ 15 milhões, nos próximos três anos, na modernização de sua fábrica em Curitiba. A empresa alocará esses recursos nas linhas de produção de fibra óptica e de cabos de rede locais. A Furukawa, instalada há 30 anos em Curitiba, produz cabos telefônicos, de fibra óptica, conectores, placas de distribuição e cordões de conexão para redes de computadores.

A empresa detém 50% do mercado brasileiro de cabeamento estruturado. Em 2007, exportou R\$ 73 milhões e alcançou faturamento de R\$ 368 milhões.

BERTOLDI, Andréa. Indústria de cabos investe R\$ 15 mi em unidade do PR. **Folha de Londrina**, 13 mar. 2008. Economia, p. 3.

SANCHOTENE, Marco. Rede ultra-rápida chega às casas em dois anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 mar. 2008. Economia, p. 5.

Qualificação de mão-de-obra pelo SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em uma iniciativa conjunta com a Confederação Nacional da Indústria, pretende investir R\$ 10 bilhões para formar 16 milhões de profissionais em todo País. O Paraná receberá R\$ 1 bilhão para promover a formação de 100 mil profissionais. Este ano, o SENAI-PR espera registrar 84 mil matrículas para os seus cursos, em todos os níveis. Para 2009, planeja a implantação de cursos superiores nas áreas de Papel e Celulose e de Meio Ambiente.

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/03/2008 e 30/04/2008.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

A instituição, que possui 30 unidades operacionais fixas, alcançou 196 das 399 cidades paranaenses em 2007.

MIGUEL, Helio. SENAI vai oferecer curso de graduação. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 2008. p. 16.

PEREIRA FILHO, Edson. SENAI investirá R\$ 1 bilhão no Paraná. **Folha de Londrina**, 14 mar. 2008. Economia, p. 3.

Eternit expandirá sua produção em Colombo

A Eternit, fabricante de telhas de fibrocimento, investirá R\$ 61 milhões, distribuídos por todas as suas filiais no País. Cerca de R\$ 29 milhões serão destinados à sua fábrica em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba). A empresa estima que a produção da unidade aumentará em 85%, passando de 168 mil para 312 mil toneladas por ano. A unidade paranaense, inaugurada em 1975, produz telhas, placas e chapas de madeira revestidas por fibrocimento, que abastecem toda a Região Sul e parte da demanda do Sudeste do País.

A receita líquida da Eternit cresceu 12,8% no ano passado, atingindo R\$ 401,4 milhões. O lucro líquido, de R\$ 43,7 milhões, foi 14,4% superior ao de 2006. Para o mercado de coberturas, a empresa prevê um crescimento superior a 8%.

JASPER, Fernando. Eternit vai investir R\$ 29 milhões para ampliar produção na fábrica de Colombo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 mar. 2008. p. 6.

Siemens diversifica produção

A fábrica da Siemens em Curitiba diversificará a sua produção. Além de produzir aparelhos e centrais telefônicas, passará a fabricar terminais IP, *notebooks*, placas-mãe para computadores pessoais e circuitos para indústria automobilística. Nos últimos três anos, a planta dobrou a produção de plataformas de comunicação PABX, sendo responsável por 60% da produção mundial da Siemens. A fábrica exporta mais de 70% do que produz – em 2007, o equivalente a US\$ 70 milhões.

A empresa busca triplicar a venda de terminais IP no Brasil e aumentar sua presença na América Latina, com a aquisição de US\$ 5 milhões em equipamentos. Serão produzidas cerca de 150 mil unidades até o final deste ano – 60% suprirão a demanda do mercado interno, e o restante será exportado para o mercado latino-americano. A unidade de Curitiba é a única autorizada pela multinacional a produzir terminais IP fora da Alemanha e assumirá parte das atividades de desenvolvimento de *software* e *hardware* transferida das unidades européias e americanas.

Os *notebooks* serão comercializados com as marcas de terceiros. A capacidade total de produção ainda não foi divulgada. A montagem de computadores portáteis com peso inferior a 3,5 kg será beneficiada pela Lei da Informática, que reduz em 95% as alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 2014. Em contrapartida, as empresas se comprometem a investir pelo menos 5% da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento.

IACOMINI, Franco. Siemens reforça versatilidade da fábrica da Cidade Industrial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 abr. 2008. p. 22.

IACOMINI, Franco. Siemens vai fabricar *notebooks* na CIC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 mar. 2008. p. 21.

LIMA, Marli. Siemens poderá usar incentivo fiscal para fabricar *notebooks* em Curitiba. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 mar. 2008. Empresas, p. B2.

Dixie Toga eleva investimentos no Paraná

A multinacional Dixie Toga, especializada em embalagens para alimentos e produtos de limpeza, pretende fazer novos investimentos no Paraná. Proprietária de quatro fábricas no Estado – nas cidades de Londrina, Cambé, Paranaguá e Curitiba –, a companhia comprou equipamentos visando ao aumento de 7% a 10% na capacidade produtiva.

DIXIE Toga divulga novos investimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 mar. 2008. p. 18.

DIXIE Toga apresenta planos de investimentos no PR. **Folha de Londrina**, 25 mar. 2008. Economia, p. 3.

Arauco fecha serraria de Arapoti

A Celulosa Arauco y Constitución, maior fabricante de produtos florestais do Chile, decidiu fechar sua serraria de Arapoti (região centro-oriental do Estado), considerada a maior do País. A empresa alegou prejuízos na operação, causados pela crise imobiliária dos Estados Unidos, seu principal mercado, e pela redução na exportação para outros mercados, consequência da valorização do real. Dos 170 funcionários de Arapoti, 40 devem ser realocados na serraria da Arauco no município de Jaguariaíva, localizado na mesma região.

As instalações de Arapoti, adquiridas da sueco-finlandesa Stora Enso em setembro de 2007 por US\$ 208 milhões, foram projetadas para produzir estruturas de madeira utilizadas em construções residenciais norte-americanas. A planta, que possui capacidade para processar até 150 mil m³ de madeira por ano, vinha operando em apenas um turno e com metade de sua capacidade de produção.

MARTINS, Marco; RIOS, Cristina. Seis meses após a compra, Arauco fecha serraria no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 abr. 2008. p. 23.

VIEIRA, André. Crise dos EUA leva Arauco a fechar serraria. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 abr. 2008. Empresas, p. B9.

Petrobras contrata a multinacional Aker Solutions

Por meio de um contrato de US\$ 223 milhões, a multinacional norueguesa Aker Solutions passou a fornecer equipamentos de exploração submarina de petróleo para a Petrobras. A indústria responsável pela fabricação e montagem desses equipamentos encontra-se instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Serão fornecidos seis conjuntos completos de ferramentas, acessórios e peças sobressalentes, e 45 árvores de natal molhadas (ANMs). As ANMs são conjuntos de válvulas instalados no fundo do mar para regular a vazão dos poços de petróleo. Suas primeiras unidades ficarão prontas no terceiro trimestre de 2009.

JASPER, Fernando. Aker fecha contrato de R\$ 380 milhões com Petrobrás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 abr. 2008. p. 23.

Montana inicia produção de colheitadeiras de algodão

A Montana, fabricante de equipamentos agrícolas com sede em São José dos Pinhais (RMC), está produzindo a primeira colheitadeira de algodão brasileira, em projeto que exigiu investimentos de R\$ 10 milhões.

Suas concorrentes são as máquinas da Case e da John Deere, que têm preços em torno de R\$ 300 mil. Essas, por serem importadas, não se qualificam para o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para máquinas agrícolas (Moderfrota). A colheitadeira da Montana possui índice de nacionalização em torno de 72%, o que permite que os produtores contratem o Moderfrota para sua aquisição. A indústria espera comercializar 20 unidades em 2008 e 50 em 2009, com preço estimado em US\$ 280 mil.

A empresa paranaense estuda produzir, em parceria com a Uzel, da Turquia, um modelo de colheitadeira de algodão puxada por trator. Fabricante de pulverizadores desde 2001 e de tratores (em parceria com a italiana Landini) desde 2006, a Montana realizou faturamento de R\$ 98 milhões em 2007 e espera dobrá-lo em 2008.

LIMA, Marli. Montana, do PR, produz colheitadeira de algodão. **Valor Econômico**, 14 abr. 2008. Empresas, p. B16.

Construção civil residencial

A empresa londrinense Graúna Construções, o fundo imobiliário Hedging Griffo e a Fit Residencial – empresa do grupo Gafisa, que no Paraná é representada pela construtora Monarca – planejam lançar, no período de um ano, dez empreendimentos no Estado. Os imóveis atenderão ao mercado de famílias de renda entre 5 e 20 salários mínimos. Para o primeiro semestre de 2008, está previsto o lançamento de três empreendimentos em Londrina, nos quais serão investidos R\$ 100 milhões. A parceria entre as empresas tem caráter operacional, sendo que a Fit disponibilizará tecnologia, e a Graúna e a Monarca fornecerão o *know-how* do mercado.

Em 2007, o grupo Thá apresentou um lucro líquido de R\$ 1,5 milhão e um crescimento de 71,4% na receita bruta, que chegou a R\$ 132 milhões. Para 2008, sua meta é de R\$ 500 milhões, incluindo uma *joint venture* com a Rossi Residencial. No setor de construção, os 19 novos contratos – dentre construção própria, de terceiros e obras especiais, como as unidades para o Wal-Mart – farão os volumes subirem de R\$ 189 milhões para R\$ 406 milhões. O setor de agenciamento imobiliário, que obteve um faturamento de R\$ 8 milhões em 2007, abrirá uma unidade em Santa Catarina. A empresa também pretende investir no mercado de imóveis voltados para a classe C.

O grupo Camargo Corrêa fará dois lançamentos em Curitiba, sendo que o valor de um é de R\$ 120 milhões, e, o do outro, R\$ 55 milhões.

MONARCA anuncia parceria com a Fit. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 abr. 2008. p. 21.

CONSTRUTORA volta a empreender em Londrina. **Folha de Londrina**, 11 abr. 2008. Economia, p. 3.

RIOS, Cristina. Thá volta ao azul e bate recorde de lançamentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 abr. 2008. p. 5.

CAMARGO Corrêa chega a Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 abr. 2008. p. 24.

Ninfa Alimentos diversifica produção

A Ninfa Alimentos, de Medianeira (Oeste do Paraná), especializada na produção de biscoitos, planeja iniciar a produção de massas. O projeto conta com três linhas de produção e tem previsão para entrar em operação no segundo semestre de 2009. Serão investidos R\$ 22 milhões na ampliação de sua fábrica, cujas máquinas terão capacidade de produzir seis toneladas de macarrão por hora.

Para a fabricação de refrescos em pó, a indústria investiu em equipamentos com capacidade de produção de aproximadamente uma tonelada por hora. Seus produtos são comercializados em 13 estados e exportados para o Paraguai.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Ninfa investe R\$ 22 mi para produzir massas. **Gazeta do Povo**, 13 abr. 2008. Economia, p. 7.

Parceria entre Kraft e Sadia

A Kraft Foods e a Sadia formalizaram parceria para a produção de queijos em Curitiba. A Kraft, fundada em 1903 e instalada no Brasil desde 1993, é a maior fabricante do gênero no mundo e obteve faturamento global, em 2007, de US\$ 37 bilhões. A filial brasileira contribui com R\$ 3,6 bilhões. A nova empresa terá capital fechado e investimento inicial de R\$ 30 milhões. A Kraft deterá 51% de participação no empreendimento, e a Sadia ficará com os 49% restantes. A partir do segundo semestre, as duas companhias planejam lançar novos produtos. O projeto marca a entrada da Sadia no segmento de alimentos lácteos.

BARBIERI, Cristiane. Sadia e Kraft viram parceiras em empresa com foco em queijos. **Folha de S. Paulo**, 29 abr. 2008. Dinheiro, p. B13.

BARBOSA, Mariana. Kraft se une à Sadia para produzir queijos. **O Estado de S. Paulo**, 29 abr. 2008. Economia, p. B14.

LOPES, Fernando. Sadia e Kraft fazem *joint venture* para explorar mercado de queijo. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 abr. 2008. Empresas, p. B13.

SANCHOTENE, Marco. Kraft e Sadia se unem para fabricar laticínios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 abr. 2008. p. 19.

COMÉRCIO

Centros comerciais no Norte do Paraná

O Grupo Catuaí, atuante no segmento da construção civil desde 1977 e de *shopping centers* desde 1990, investirá, até 2010, R\$ 580 milhões em quatro unidades no Paraná. O Londrina Norte *Shopping*, resultado de investimento de R\$ 150 milhões, será concluído em novembro de 2009 e terá 30 mil m² de área bruta locável, 182 lojas e um hipermercado. Metade do investimento destinado ao Londrina Norte virá de capital próprio do Grupo Catuaí. Ainda em Londrina, o grupo está executando a terceira expansão do *Shopping Catuaí*, que passará a ter 82 mil m² de área bruta locável e 84 novas lojas. Outros investimentos serão feitos nas unidades de Maringá (R\$ 180 milhões) e de Cascavel (R\$ 170 milhões).

O grupo Sonae Sierra também construirá um centro comercial em Londrina, com investimento de R\$ 135 milhões. A previsão é de que o empreendimento seja inaugurado em março de 2010.

GALEMBECK, Glória. Grupo investe R\$ 150 milhões em novo *shopping*. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 mar. 2008. p. 18.

ITO, Adriana. Grupo Catuaí lança *shopping* na Zona Norte. **Folha de Londrina**, 11 mar. 2008. Economia, p. 3.

LIMA, Marli. Grupo Catuaí investe R\$ 320 milhões em quatro *shoppings*. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 mar. 2008. Empresas, p. B4.

SONAE constrói *shopping*. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 7 mar. 2008. p. 15.

Havan planeja expansão no Paraná

Inaugurada em abril, a nova loja de departamentos da rede Havan em Curitiba exigiu investimentos de R\$ 8 milhões.

A Havan inaugurará, em 2009, unidades em Londrina e Maringá. Espera investir R\$ 10 milhões em cada uma delas e ampliar sua rede, até 2010, para 20 lojas nos três estados do Sul.

BERTOLDI, Andréa. Havan expande para o interior do Estado. **Folha de Londrina**, 10 abr. 2008. Economia, p. 1.

INFRA-ESTRUTURA

SANEPAR investirá R\$ 500 mi em saneamento básico

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) pretende investir R\$ 500 milhões, no ano de 2008, em sistemas de água e esgoto. Realizou investimentos de R\$ 500 milhões em 2006 e de 337,54 milhões em 2007.

BERTOLDI, Andréa. Sanepar vai investir R\$ 500 mi em água e esgoto. **Folha de Londrina**, 27 mar. 2008. Economia, p. 1.

Alcoolduto ligará Campo Grande a Paranaguá

A Petrobras e o Ministério de Minas e Energia pretendem construir um alcoolduto ligando Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, ao Porto de Paranaguá. Um grupo de estudos será responsável pela avaliação das viabilidades financeira e ambiental do projeto, pela definição do traçado dos dutos, pelo levantamento dos volumes de produção de álcool na região e pela elaboração do seu orçamento. O projeto contará com a cooperação técnica dos governos federal e estadual.

DUTO entre MT e PR vai escoar álcool. **Folha de Londrina**, 22 mar. 2008. Economia, p. 7.

VARGAS, Rodrigo. Petrobras fará alcoolduto entre MS e PR. **Folha de S. Paulo**, 13 mar. 2008. Dinheiro, p. B12.

COPEL construirá térmicas à base de bagaço de cana

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) realizará parcerias para a construção de quatro usinas térmicas que pretende construir no interior do Paraná. Elas funcionarão à base de bagaço de cana, e cada unidade demandará 18 meses para ser concluída. Cada usina custará R\$ 65 milhões e terá capacidade instalada de 30 megawatts. A COPEL planeja ser a sócia majoritária dos empreendimentos, mantendo 51% de participação. Esta será sua primeira experiência com energia à base de biomassa. Atualmente, a estatal possui hidrelétricas, uma térmica a gás e outra a carvão, além de uma unidade eólica de geração de energia.

LIMA, Marli. COPEL planeja construir quatro térmicas usando bagaço de cana. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 mar. 2008. Empresas, p. B7.

RIOS, Cristina. COPEL vai gerar energia com bagaço de cana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 mar. 2008. p. 23.

BNDES financia construção de armazéns

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou uma nova linha de financiamento para construção

de armazéns. Os empréstimos, que somarão R\$ 300 milhões, são destinados a empresas com faturamento bruto inferior a R\$ 500 milhões anuais. O prazo de pagamento é de oito anos, com três anos de carência, e são cobrados juros de 6,75% ao ano. O BNDES abriu a linha para todos os bancos, públicos e privados, que cobrarão taxa de administração de 0,5%. Atualmente, a Região Sul produz 58 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais, mas só possui capacidade para armazenar 51,1 milhões de toneladas.

ROMERO, Cristiano. BNDES lança linha de R\$ 300 milhões para financiar armazéns. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 abr. 2008. Empresas, p. B16.

SERVIÇOS

Em Londrina, *call center* investe R\$ 25 milhões

A Dedic, empresa de atendimento telefônico do Grupo Portugal Telecom com sede em Campinas, em união com a Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL) e com o Grupo Massa de Comunicação, está investindo cerca de R\$ 25 milhões na instalação de uma unidade na região oeste de Londrina. O empreendimento deve contar com mais de mil posições de atendimento. A Dedic atende a clientes dos setores de telefonia, financeiro, serviços públicos, dentre outros.

ORTEGA, Marta. *Call center* investe R\$ 25 mi em Londrina. **Folha de Londrina**, 11 mar. 2008. Economia, p. 1.

GVT investirá mais em 2008

A GVT, operadora de telefonia presente em 75 cidades do Sul, Centro-Oeste, Norte e Sudeste do País, investiu R\$ 147,2 milhões entre janeiro e março de 2008. A previsão é de que em 2008 os investimentos sejam 15% a 20% superiores aos R\$ 566 milhões feitos em 2007. A empresa espera, no segundo semestre deste ano, a liberação de um empréstimo de R\$ 500 milhões junto ao BNDES, que aplicará na ampliação de sua rede. Atualmente, a GVT conta com 1,37 milhão de clientes.

MOREIRA, Talita. Com venda recorde, GVT lucra R\$31,1 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 mar. 2008. Empresas, B3.

RIOS, Cristina. GVT reverte prejuízo e lucra R\$ 31 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 mar. 2008. p. 18.

Rede Deville assume Rayon

A rede paranaense de hotéis Deville arrendou o Grand Hotel Rayon, em Curitiba, pelo período de 15 anos. Essa unidade vem sendo revitalizada desde o ano passado. A empresa passa a administrar nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo um total de dez hotéis, sendo sete deles próprios. A rede registrou, em 2007, receita de R\$ 60 milhões. Planeja construir um novo hotel, com aproximadamente 200 apartamentos, até 2011.

DEVILLE assume Hotel Rayon. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 27 mar. 2008. p. 15.

LAUFER, Felipe. Rede Deville arrenda o hotel Rayon por 15 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 mar. 2008. p. 22.

SEB adquire grupo Dom Bosco

O Sistema Educacional Brasileiro (SEB) pagou R\$ 94,5 milhões pela aquisição de 93,4% do capital do grupo educacional Dom Bosco. O processo de integração levará de 12 a 18 meses, quando se planeja expandir a marca paranaense para outros estados e trazer o COC (principal marca da rede paulista) para o mercado curitibano.

O Dom Bosco reúne aproximadamente 8 mil alunos nos colégios e 3 mil no ensino superior, e a sua editora – a Mastec – fornece material didático para cerca de 105 mil alunos de escolas conveniadas em todo o Brasil.

A quantia paga pelo grupo educacional não inclui os nove imóveis, que serão alugados por dez anos. Depositou-se 50 % do pagamento à vista, enquanto o restante será dividido em duas parcelas iguais para 30 e 60 dias. A marca Dom Bosco e os 850 funcionários serão mantidos pelo novo controlador.

O SEB, de Ribeirão Preto, abriu seu capital e captou R\$ 289 milhões com sua oferta primária de ações, em outubro passado. A empresa possuía um lucro líquido robusto e R\$ 30 milhões em caixa, que foram divididos entre seus sócios antes da compra.

SEB ultrapassa meta de crescimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 abr. 2008. Empresas, p. B2.

RIOS, Cristina. Com Dom Bosco, SEB quer liderança no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 abr. 2008. p. 20.

VENDA foi “projeto de um minuto”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 abr. 2008. p. 2.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ensino superior federal

O Governo Federal investirá, até 2012, R\$ 2 bilhões em 53 universidades do País. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) receberá R\$ 75,8 milhões, e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), R\$ 25 milhões. O investimento terá cinco focos: aumento de vagas, abertura de cursos noturnos, redução de custos por aluno, flexibilização dos currículos e combate à evasão escolar.

A UFPR já recebeu R\$ 9 milhões, que serão aplicados, principalmente, na reforma de prédio da extinta Rede Rodoferroviária Federal, no centro de Curitiba. Espera-se que até 2012 o número de cursos de graduação aumente de 64 para 86, e, as matrículas, de 20,8 mil para 27,8 mil. A UTFPR prevê que o número de alunos, nos 11 *campi*, passe de 6.868 para 24.734 estudantes em 2012. A instituição abrirá 32 novos cursos de graduação, que responderão por 4.884 novas vagas.

O ensino superior no Paraná será reforçado por mais duas universidades, a Universidade Federal Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, e a Universidade Federal da Fronteira (UFFS), com *campi* em Laranjeiras do Sul e em Realeza. A UNILA deve contar com cerca de 10 mil alunos e 500 professores, e entrará em atividade a partir de 2009.

GONÇALVES, André. Universidades federais do Paraná receberão R\$ 100 mi do Reuni. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 mar. 2008. p. 18.

WURMEISTER, Fabiula. Lula oficializa criação de nova universidade no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 mar. 2008. p. 5.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008 ⁽¹⁾	6 904	17 152	2 484	47 164	164 837	3 495	27 636	660 198	23 889

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008 ⁽¹⁾	97 530	141 895	1 455	630 924	53 994 570	85 580	38 930	134 950	3 466

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008 ⁽¹⁾	504 771	784 532	1 554	178 612	3 895 773	21 811	2 982 774	15 949 860	5 347

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008 ⁽¹⁾	394	934	2 371	3 984 117	11 918 292	2 991	996 250	2 604 666	2 614

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Setembro	157 287	28 803	32 619
1998	854 517	236 358	193 435	Outubro	158 758	28 228	34 968
1999	957 237	198 873	229 466	Novembro	155 421	25 939	35 006
2000	1 041 412	181 113	235 315	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2001	1 121 828	197 985	263 451	2007 ⁽¹⁾	2 057 318	295 010	437 152
2002	1 235 681	219 350	333 951	Janeiro	171 625	24 474	36 043
2003	1 344 398	219 774	359 139	Fevereiro	148 550	22 662	33 603
2004	1 557 747	276 806	340 568	Março	167 834	22 124	38 377
2005	1 788 481	308 947	367 765	Abril	154 305	22 120	33 389
2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394	Maio	174 150	25 067	40 391
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Junho	161 478	23 230	37 481
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Julho	168 954	22 726	39 401
Março	162 965	25 587	28 167	Agosto	183 387	24 239	38 801
Abril	137 718	24 256	27 353	Setembro	166 480	23 182	34 590
Maio	153 136	31 044	35 409	Outubro	195 040	31 336	36 530
Junho	151 216	28 283	32 006	Novembro	187 998	28 162	36 271
Julho	156 148	23 409	35 519	Dezembro	177 517	25 686	32 275
Agosto	167 791	27 108	36 645				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2008

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2000	1 692	6 251
1977	1 356	8 826	2001	2 046	8 307
1978	1 614	9 636	2002	2 448	9 752
1979	1 635	12 575	2003	3 112	10 449
1980	1 936	13 482	2004	3 147	10 619
1981	1 954	14 105	2005	811	6 444
1982	1 179	6 606	2006	545	7 648
1983	1 079	3 345	2007	1 314	11 467
1984	1 748	7 921	Janeiro	78	403
1985	2 167	9 728	Fevereiro	64	548
1986	2 029	10 588	Março	90	744
1987	2 121	9 479	Abril	68	838
1988	1 567	8 847	Maio	145	964
1989	1 386	6 189	Junho	100	1 045
1990	885	4 111	Julho	137	1 141
1991	584	2 677	Agosto	163	1 283
1992	593	2 893	Setembro	52	1 017
1993	1 038	4 475	Outubro	88	1 216
1994	1 707	9 011	Novembro	156	1 150
1995	859	5 095	Dezembro	173	1 118
1996	897	4 180	2008	634	3 292
1997	1 296	6 062	Janeiro	224	1 068
1998	1 380	6 025	Fevereiro	171	1 112
1999	1 351	4 854	Março	239	1 112

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2007

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 ⁽¹⁾	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2006-2007

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2006	2007		2006	2007	
Exportação	10 016 337 731	12 352 857 472	23,3	137 807 469 531	160 649 072 830	16,6
União Européia	3 050 260 499	4 063 807 042	33,2	31 044 979 748	40 428 035 649	30,2
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 320 825 923	1 659 400 570	25,6	20 816 366 719	25 086 433 209	20,5
Mercosul	1 263 287 620	1 645 340 023	30,2	13 985 828 343	17 353 576 477	24,1
Aladi (exclusive Mercosul)	1 037 189 400	1 398 937 228	34,9	17 509 546 839	19 072 441 075	8,9
Oriente Médio	812 212 421	1 003 554 938	23,6	5 749 227 602	6 399 444 251	11,3
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 222 093 117	888 250 576	-27,3	24 773 082 131	25 313 586 075	2,2
África (exclusive Oriente Médio)	496 441 482	579 280 242	16,7	7 455 879 389	8 578 221 741	15,1
Outros	814 027 269	1 114 286 853	36,9	16 472 558 760	18 417 334 353	11,8
Importação	5 977 970 860	9 016 748 724	50,8	91 350 580 486	120 624 439 278	32,0
União Européia	1 776 464 268	2 410 018 292	35,7	20 202 486 455	26 737 391 348	32,3
África (exclusive Oriente Médio)	1 229 935 776	1 736 682 600	41,2	8 110 811 144	11 333 580 487	39,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	831 438 603	1 627 076 617	95,7	22 888 085 943	30 716 842 914	34,2
Mercosul	756 172 780	1 189 260 195	57,3	8 967 386 709	11 629 864 589	29,7
Aladi (exclusive Mercosul)	315 035 186	665 369 681	111,2	7 314 431 563	8 950 371 977	22,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	523 377 687	568 361 962	8,6	14 816 682 518	18 887 226 640	27,5
Oriente Médio	118 429 560	165 174 023	39,5	3 165 031 095	3 205 463 037	1,3
Outros	427 117 000	654 805 354	53,3	5 885 665 059	9 163 698 286	55,7

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MARÇO 2007-2008

PRODUTO	JANEIRO-MARÇO 2007		JANEIRO-MARÇO 2008		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Carne de frango "in natura"	228 825 090	9,4	322 380 989	10,4	40,9
Automóveis	232 464 551	9,6	290 223 411	9,4	24,8
Farelo de soja	159 175 082	6,6	238 955 446	7,7	50,1
Soja em grão	203 851 702	8,4	225 289 414	7,3	10,5
Óleo de soja bruto	56 000 329	2,3	142 178 694	4,6	153,9
Madeira compensada ou contraplacada	82 177 817	3,4	129 013 541	4,2	57,0
Papel	84 900 820	3,5	113 362 685	3,7	33,5
Cereais	90 685 817	3,7	98 663 260	3,2	8,8
Motores para veículos	132 796 240	5,5	92 140 199	3,0	-30,6
Óleo de soja refinado	33 021 194	1,4	83 415 837	2,7	152,6
Açúcar bruto	37 661 183	1,6	76 018 740	2,5	101,8
Veículos de carga	37 783 204	1,6	75 388 296	2,4	99,5
Tratores	35 650 745	1,5	71 985 506	2,3	101,9
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	34 399 806	1,4	51 962 594	1,7	51,1
Café solúvel	39 216 308	1,6	49 754 799	1,6	26,9
Outros produtos	937 289 518	38,6	1 038 789 865	33,5	10,8
TOTAL	2 425 899 406	100,0	3 099 523 276	100,0	27,8

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MARÇO 2007-2008

PRODUTO	JANEIRO-MARÇO 2007		JANEIRO-MARÇO 2008		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	307 627 931	17,4	533 451 760	19,4	73,4
Aduos e fertilizantes	163 235 951	9,3	280 851 534	10,2	72,1
Autopeças	149 648 434	8,5	192 427 391	7,0	28,6
Automóveis	77 510 451	4,4	180 424 476	6,6	132,8
Produtos químicos orgânicos	86 143 463	4,9	166 215 090	6,0	93,0
Cereais	40 631 753	2,3	92 591 509	3,4	127,9
Plásticos e suas obras	56 816 378	3,2	87 103 647	3,2	53,3
Motores para veículos	69 643 389	3,9	74 073 120	2,7	6,4
Computadores e acessórios	40 154 653	2,3	63 400 746	2,3	57,9
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	39 444 659	2,2	47 922 835	1,7	21,5
Compressores e bombas	34 617 691	2,0	43 588 135	1,6	25,9
Veículos de carga	2 877 132	0,2	26 598 833	1,0	824,5
Rolamentos e engrenagens	22 120 270	1,3	25 653 996	0,9	16,0
Papel	15 865 400	0,9	24 222 438	0,9	52,7
Produtos farmacêuticos	13 523 292	0,8	23 230 127	0,8	71,8
Outros produtos	644 817 549	36,5	886 674 979	32,3	37,5
TOTAL	1 764 678 396	100,0	2 748 430 616	100,0	55,7

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007 ⁽¹⁾	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Maio	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 ⁽¹⁾	3 099 523	2 747 293	352 231	38 689 579	35 854 303	2 835 276
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2008

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Maio	0,56
2000	6,23	Junho	0,36
2001	5,90	Julho	0,33
2002	12,02	Agosto	-0,09
2003	6,46	Setembro	0,47
2004	10,40	Outubro	0,24
2005	4,05	Novembro	0,58
2006	4,82	Dezembro	0,81
2007	4,86	2008	0,65
Janeiro	0,16	Janeiro	0,38
Fevereiro	0,24	Fevereiro	-0,59
Março	0,61	Março	0,86
Abril	0,51		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2008

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
2007	4,46	7,90	7,75	9,43	6,15
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,45
Mai	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15
Junho	0,28	0,26	0,26	0,09	0,92
Julho	0,24	0,37	0,28	0,42	0,31
Agosto	0,47	1,39	0,98	1,96	0,26
Setembro	0,18	1,17	1,29	1,64	0,51
Outubro	0,30	0,75	1,05	1,02	0,51
Novembro	0,38	1,05	0,69	1,45	0,36
Dezembro	0,74	1,47	1,76	1,90	0,59
2008	1,52	2,08	3,09	2,42	1,45
Janeiro	0,54	0,99	1,09	1,08	0,38
Fevereiro	0,49	0,38	0,53	0,52	0,40
Março	0,48	0,70	0,74	0,80	0,66
Abril	0,69

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2008

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
2007	5 214 964	2 713 463	1,92	6 277 971	58 778	106,81	3 721 524	286 451	12,99	1 521 789	333 567	4,56
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Mai	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38
Junho	491 131	2 669 686	0,16	526 908	58 132	9,06	289 729	281 981	1,03	116 996	331 744	0,35
Julho	404 262	2 650 948	0,15	526 725	57 432	9,17	282 438	280 066	1,01	115 254	331 563	0,35
Agosto	428 380	2 680 236	0,16	551 414	57 612	9,57	297 336	283 182	1,05	115 914	332 334	0,35
Setembro	437 504	2 680 617	0,16	543 728	57 851	9,40	310 514	283 500	1,10	121 689	332 231	0,37
Outubro	442 598	2 695 815	0,16	541 808	58 262	9,30	313 509	284 492	1,10	128 941	332 726	0,39
Novembro	441 343	2 707 337	0,16	543 600	58 677	9,26	319 942	285 859	1,12	130 371	333 236	0,39
Dezembro	431 983	2 713 463	0,16	532 429	58 778	9,06	323 141	286 451	1,13	130 973	333 567	0,39
2008												
Janeiro	460 828	2 721 951	0,17	492 966	58 655	8,40	328 009	286 566	1,14	139 098	333 804	0,42
Fevereiro	442 441	2 728 655	0,16	549 083	58 734	9,35	326 592	286 884	1,14	146 108	334 072	0,44
Março	442 329	2 733 727	0,16	561 057	59 039	9,50	346 743	288 031	1,20	143 787	334 324	0,43

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2008

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
2007	725 542	8 346	86,93	576 045	3 926	146,73	23 401	588	39,80	17 989 236	3 405 119	5,28
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Maio	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44
Junho	60 565	8 077	7,50	47 744	3 890	12,27	1 779	583	3,05	1 462 852	3 354 093	0,44
Julho	60 460	8 088	7,48	45 629	3 902	11,69	1 810	580	3,12	1 436 578	3 332 570	0,43
Agosto	60 338	8 108	7,44	47 324	3 896	12,15	1 790	584	3,07	1 502 496	3 365 952	0,45
Setembro	60 308	8 159	7,39	48 961	3 899	12,56	1 966	579	3,40	1 524 670	3 366 836	0,45
Outubro	60 462	8 246	7,33	47 666	3 902	12,22	1 980	582	3,40	1 536 964	3 384 025	0,45
Novembro	60 595	8 319	7,28	49 546	3 912	12,67	1 982	582	3,41	1 547 379	3 397 922	0,46
Dezembro	60 669	8 346	7,27	48 190	3 926	12,27	2 038	588	3,47	1 529 423	3 405 119	0,45
2008												
Janeiro	60 916	8 385	7,26	50 417	3 938	12,80	2 069	591	3,50	1 534 303	3 413 890	0,45
Fevereiro	61 213	8 496	7,20	50 560	3 946	12,81	2 049	591	3,47	1 578 046	3 421 378	0,46
Março	61 276	8 533	7,18	47 512	3 968	11,97	1 998	588	3,40	1 604 702	3 428 210	0,47

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	
Combustíveis e lubrificantes	92,49	97,11	95,49	93,24	84,92	80,59	74,37	75,25	79,52	76,56	82,47	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	111,83	111,53	111,68	114,28	120,84	118,82	118,30	151,80	115,37	118,39	112,34	
Hipermercados e supermercados	110,78	110,46	110,74	113,26	119,90	117,66	117,24	150,82	114,54	117,68	111,40	
Tecidos, vestuário e calçados	135,94	102,22	108,44	107,18	98,71	105,38	112,49	195,85	99,18	113,12	85,23	
Móveis e eletrodomésticos	185,55	161,39	169,28	182,58	166,93	189,45	191,95	271,70	179,99	202,10	157,88	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	132,49	131,88	125,30	137,92	131,65	138,69	139,12	163,56	128,29	133,32	123,26	
Livros, jornais, revistas e papelaria	77,40	75,18	80,79	86,27	74,08	61,69	62,72	122,01	116,91	114,83	118,99	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	300,74	323,06	347,85	355,91	352,63	368,70	370,65	498,93	375,10	425,62	324,57	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	166,21	143,97	143,64	157,85	150,55	173,81	175,84	311,70	154,13	167,21	141,05	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	122,43	116,22	117,35	120,89	119,66	122,15	121,93	164,31	117,96	123,75	112,16	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 13 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾															
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	98,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8
Edição, impressão e reprodução de gravações
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8
Minerais não metálicos	63,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	132,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾															
	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Sep/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08
Indústria de transformação	123,8	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	122,1	125,3	118,9
Alimentos	116,1	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	86,9	94,9	78,8
Bebidas	120,2	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	108,0	114,0	102,1
Madeira	95,7	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	102,6	103,3	101,9
Celulose, papel e produtos de papel	114,1	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	127,5	131,9	123,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	181,2	197,9	197,8	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	220,1	229,5	210,7
Refino de petróleo e álcool	93,8	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	90,2	91,2	89,1
Outros produtos químicos	82,5	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	72,3	78,4	66,2
Borracha e plástico	111,4	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	114,0	117,4	110,6
Minerais não metálicos	95,1	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	103,7	100,6	106,8
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	107,8	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	97,3	98,0	96,6
Máquinas e equipamentos	147,8	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	159,8	161,5	158,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	138,0	122,2	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	143,1	150,1	136,1
Veículos automotores	222,1	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	252,7	245,3	260,0
Mobiliário	101,6	81,9	84,5	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	86,2	90,6	81,7

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 14 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08
Indústria geral	109,3	109,0	108,6	110,3	111,4	111,3	110,9	108,7	108,7	108,6	108,9
Indústrias extrativas	77,7	77,1	76,5	77,0	76,1	76,2	76,4	75,2	74,2	73,0	75,4
Indústria de transformação	109,7	109,4	109,0	110,7	111,9	111,7	111,3	109,2	109,2	109,0	109,3
Alimentos e bebidas	157,2	155,5	155,7	154,7	157,4	157,4	157,4	155,9	155,6	156,4	154,9
Fumo	389,2	279,8	84,3	85,2	86,0	89,0	98,4	99,2	145,1	129,1	161,1
Têxtil	92,6	92,2	91,7	94,3	92,8	86,1	85,8	83,6	86,6	84,8	88,5
Vestuário	130,9	127,7	126,2	129,7	130,2	126,1	127,6	121,5	117,7	116,5	118,9
Calçados e couro	100,5	101,0	108,8	112,5	113,2	114,5	113,1	97,3	97,7	96,7	98,7
Madeira	48,3	47,3	47,7	51,7	52,2	51,1	49,2	49,0	49,6	50,4	48,9
Papel e gráfica	127,4	128,1	127,0	127,3	129,9	129,8	128,5	127,3	124,2	124,0	124,4
Refino de petróleo e combustíveis	276,8	272,4	260,2	263,8	268,1	268,1	254,7	177,3	164,1	159,4	168,7
Produtos químicos	108,0	109,1	108,2	108,4	109,4	108,7	109,0	108,8	111,3	110,9	111,8
Borracha e plástico	96,4	97,5	96,3	97,2	93,3	94,3	93,7	91,0	88,8	88,0	89,6
Minerais não-metálicos	127,6	128,5	128,3	130,6	129,2	132,5	132,1	131,8	132,7	133,5	132,0
Metalurgia básica	66,1	67,0	66,5	69,1	69,3	72,2	71,6	71,1	71,1	72,0	70,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,0	97,2	95,0	95,6	98,9	99,4	99,2	97,6	97,8	98,3	97,3
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	130,9	131,5	135,1	139,4	141,4	143,8	145,7	147,7	156,0	153,1	158,9
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	99,9	98,2	96,8	94,0	94,4	93,2	91,0	90,2	97,4	96,6	98,1
Fabricação de meios de transporte	139,6	141,4	142,2	145,5	148,6	149,0	149,7	149,4	147,7	147,5	148,0
Fabricação de outros produtos	64,4	66,5	65,4	65,2	66,2	68,9	69,6	70,4	68,5	68,7	68,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 15 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Maiο	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	20 043	4 988	6 719	15 841	4 541	-	52 132
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 16 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2004		2006	
Janeiro	7,1	Janeiro	7,2
Fevereiro	7,5	Fevereiro	7,9
Março	8,9	Março	8,2
Abril	8,2	Abril	8,7
Maiο	8,4	Maiο	7,6
Junho	8,7	Junho	6,8
Julho	8,9	Julho	6,7
Agosto	8,2	Agosto	6,4
Setembro	7,9	Setembro	6,4
Outubro	8,4	Outubro	5,7
Novembro	8,0	Novembro	5,9
Dezembro	7,2	Dezembro	5,6
2005		2007	
Janeiro	7,7	Janeiro	5,6
Fevereiro	8,7	Fevereiro	6,6
Março	8,5	Março	7,1
Abril	8,2	Abril	6,4
Maiο	8,1	Maiο	7,0
Junho	7,9	Junho	7,0
Julho	7,6	Julho	7,2
Agosto	7,6	Agosto	6,8
Setembro	7,0	Setembro	6,3
Outubro	6,5	Outubro	6,1
Novembro	5,1	Novembro	5,2
Dezembro	5,5		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 17 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	131 982	1,4	2 332 936	3,8
2007 ⁽³⁾	145 637	6,0	2 558 821	5,4

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

N.º 108 - janeiro/junho 2005

Desenvolvimento Regional e Inovação Empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas

Maria Teresa de Noronha Vaz

Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas

*Guilherme Costa Delgado e
Júnia da Conceição*

São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação

Ana Lúcia Rodrigues

A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional

*Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves,
Cezar Karpinski, Carlos Alberto Piacenti e Moacir Piffer*

Estudo do Arranjo Produtivo Local Madeireiro do Vale do Iguaçu (PR/SC): capacitação tecnológica e política de desenvolvimento

*Rogério Antonio Enderle, Sílvio Antônio
Ferraz Cário e José Antônio Nicolau*

N.º 109 - julho/dezembro 2005

A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira

Luciene Pires Teixeira e Fátima Marília A. de Carvalho

Aspectos Contratuais e Performance do Seguro de Custeio Agrícola

Vitor Augusto Ozaki

Para Pensar a Socioeconomia das Organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno

*Carlos Alberto Cioce Sampaio,
Ivan Sidney Dallabrida e Valdinho Pellin*

Regionalização em Saúde e Procedimentos Hospitalares: uma abordagem metodológica

*Carmem Regina Ribeiro, Maria Luiza M. S. Marques Dias,
Sérgio Aparecido Ignácio e Arion César Foerster*

A Cidade e as Regiões Urbanizadas: aspectos da legislação brasileira e gestão regional

Maria Luiza Malucelli Araújo

Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba

Sachiko Araki Lira e Armando Vaz Sampaio

Notas de Pesquisa

Arranjos Produtivos Locais no Paraná

Gracia Maria Viecelli Besen e Paulo Roberto Delgado

Resenha

City Making and Urban Governance in the Americas. Curitiba and Portland. *Clara Irazábal*

Rosa Moura

N.º 110 - janeiro/junho 2006

Setores Alimentares e Relações Produtivas no Sistema Inter-Regional Paraná - Restante do Brasil

*Rossana Lott Rodrigues, Antonio Carlos Moretto,
Umberto Antonio Sesso Filho e Ricardo Kureski*

O Corredor da Moda do Norte-Noroeste do Paraná à Luz dos Arranjos Produtivos Locais

*Marcia Regina Gabardo da Camara, Luiz Gustavo Antonio de Souza
e Maria Aparecida de Oliveira*

Aprendizagem Coletiva e Avanços Tecnológicos e Ambientais na Agricultura Paranaense

Amália Maria Goldberg Godoy

As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes

*Jovir Vicentini Esser, Yonissa Marmitt Wadi,
Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Marcelino de Souza*

Sistemas de Engenharia e Fluidez do Capital: os impactos econômicos e sociais locais engendrados pela rodovia PRT-163

*Cleveson Alexander Reolon, Valmir de Souza
e Pery Francisco Assis Shikida*

Ponto de Vista

La Próxima Revolución Industrial Comienza por lo Suntuario

Guillermo Foladori e Noela Invernizzi

Notas de Pesquisa

Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública

Lenita Maria Marques, Marisa Sugamoto e Paulo Wavruk

Resenha

Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia. Antônio Carlos Filgueira Galvão

Sandra Teresinha da Silva

N.º 111 - julho/dezembro 2006

O que é o urbano, no mundo contemporâneo

Roberto Luís Monte-Mór

Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira

Clóvis Ultramari e Denis Alcides Rezende

A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar

Renato Cymbalista

O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988

Alessandro Cavassin Alves

Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
e Márcio Douglas Brito Amaral*

História, cultura e projeto urbano: a barra do Rio Camboriú

Sergio Torres Moraes e Luciano Torres Tricário

Ponto de Vista

Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?

Rosa Moura, Diócles Libardi e Maria Isabel Barion

Notas de Pesquisa

Os vários Paranas: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho

Rosa Moura, Diócles Libardi, Sandra T. da Silva e Maria Isabel Barion